

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

PROCESSO N. 095/2023.
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 002/2023.
EDITAL N. 057/2023

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**, sita à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores, telefone-fax nº. (0XX18) 3373-4500, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade de Concorrência Pública, nos termos das diretrizes contidas na Lei Federal nº. 8666/93, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital de Concorrência, objetivando a Concessão de direito real de exploração do prédio situado no Terminal Rodoviário de Tarumã, na Avenida das Primaveras, na cidade de Tarumã, conforme descrição contida no ANEXO I e Memorial Descritivo com recebimento dos envelopes contendo nº. I – Habilitação (Documentação) e nº. II – Proposta Comercial, nos dias úteis e no horário de expediente (8h30min às 16h00min) e **até às 09h00min do dia 26 de junho de 2023**. O tipo de licitação adotado neste certamente é o de “**MAIOR OFERTA**”, o qual deverá estar igual ou acima do valor mínimo, ou seja, valor de **R\$ 400,00 (quatrocentos reais)**.

I – DO OBJETO

1. Constitui objeto desta “CONCORRÊNCIA PÚBLICA”, a **Concessão de direito real de exploração do prédio situado no Terminal Rodoviário de Tarumã, na Avenida das Primaveras, na cidade de Tarumã:**

1.1. **Área A:** Dotado de duas salas nas respectivas medidas: 3,03 x 4,47 m e 3,06 x 4,47 m, encerrando uma **área construída de 27,21 m**. Área esta destinada exclusivamente para o funcionamento de estabelecimento comercial enquadrado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0 na Seção I (Alojamento e Alimentação), grupo 561 (Restaurantes e Outros Serviços de Alimentação e Bebidas).

II – DO SUPORTE LEGAL

2. Esta Concorrência Pública é regulada pela Lei de Licitações e Contratos n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n. 8.883/94, de 08 de Junho de 1994, pela Lei n. 9.032/95, de 28 de Julho de 1995, pela Lei n. 9.648/98, de 27 de Maio de 1998 e pela Lei n. 9.854/99, de 27 de Outubro de 1999, bem como pelas demais legislações de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.

III – DO PAGAMENTO

3. O vencedor da presente Concorrência pagará à Prefeitura Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo, o valor por ela proposto de forma mensal, até ao décimo dia útil do mês subsequente a assinatura do respectivo contrato, a título da Concessão de direito real de exploração do prédio situado na Avenida das Primaveras, na cidade de Tarumã.

IV – DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

4. A Prefeitura Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo, fornecerá, por intermédio do Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Governo, de Segunda a Sexta-Feira, das 8hs00 às 16hs00, quaisquer informações referentes a presente licitação ou também pelo telefone (0xx18) 3373 – 4500, localizado à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores.

4.1. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame até o 2º dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste instrumento convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes Documentação e Proposta.

4.2. A vistoria ao local é recomendável, contudo, facultativa, para que os concorrentes possam obter os detalhes necessários para a perfeita execução do objeto da licitação (condições das áreas).

V – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5. Os envelopes n. 01 “HABILITAÇÃO” e n. 02 “PROPOSTA” serão recebidos no Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Governo, **até o dia 26 de junho de 2023, até às 09h00 min.**, os quais deverão estar fechados, lacrados e identificados da seguinte forma:

ENVELOPE N. 01 “HABILITAÇÃO”
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 002/2023
PROCESSO N. 095/2023.
MUNICÍPIO: TARUMÃ – SP.

ENVELOPE N. 02 “PROPOSTA”
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 002/2023
PROCESSO N. 095/2023.
MUNICÍPIO: TARUMÃ – SP.

VI – DA ABERTURA DOS ENVELOPES N. 01 “HABILITAÇÃO” E N. 02 “PROPOSTA”

6. Os envelopes n. 01, contendo os documentos relativos à “HABILITAÇÃO”, serão abertos em ato público, no dia 26 de junho de 2023, às 09h10min, no Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Governo, sito à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores, na cidade de Tarumã, Estado de São Paulo, e estando presentes todos os licitantes ou seus representantes legais, e se não houver nenhuma impugnação na fase de habilitação, os envelopes n. 02, contendo as “PROPOSTAS”, serão abertos no mesmo dia e local, em ato contínuo. O julgamento das propostas será publicado em data oportuna, mediante publicação no Diário Oficial do Município <https://www.gdoe.com.br/taruma>, em coluna específica.

VII – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7. Estão impedidas de participar desta licitação pessoas jurídicas:

7.1 Que estiverem, na data fixada para a apresentação dos envelopes, cumprindo penalidade de suspensão temporária ou impedimento para licitar ou contratar com a Administração;

7.2 Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas, nos termos da Súmula TCESP nº 51¹;

7.3 Reunidas sob forma de consórcio;

7.4 Que se apresentar na licitação como subcontratada de outra licitante;

7.5 Que esteja sob processo de falência.

7.6. Os interessados em participar da presente licitação, deverão apresentar os seguintes documentos, na data de abertura da presente licitação:

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA;

II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;

III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA;

7.6.1. A documentação relativa à Habilitação Pessoa Jurídica, consistirá em:

a) cópia devidamente autenticada da cédula de identidade do proprietário da empresa, ou procurador;

b) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;

c) **Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação** e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados; (o contrato social deve ser apresentado fora dos envelopes, para fins de credenciamento, conforme item 5.2.1 e 5.2.2)

d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) O interessado também poderá se fazer representar neste certame, desde que, no início da sessão pública de abertura dos envelopes, seu representante apresente cópia do contrato social ou estatuto da empresa com a firma de quem assina devidamente reconhecida em cartório, no qual lhe seja outorgado amplo poder de decisão.

7.6.2. A documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista, consistirá em:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) **Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais** e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;

c) **Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual** da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

¹ **Súmula 51:** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

c.1) Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a **Fazenda Estadual** será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela **Secretaria da Fazenda** (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa).

d) Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Municipal** da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

e) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT).

7.6.3. A documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira consistirá em:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b) Certidão negativa de **falência e concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou conforme o caso, apresentação de proposta de Recuperação Judicial homologadas em juízo nos termos da Súmula TCESP nº 50²;

7.6.4. Demais documentações:

a) Declaração de que a empresa licitante encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

b) Declaração sob as penas Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a administração pública;

c) Declaração expressa de que se sujeitam as condições do presente edital.

7.7. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade.

7.7.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.8. Não serão consideradas válidas cópias extraídas de cópias autenticadas.

² **Súmula 50:** Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

7.8.1. As cópias dos documentos poderão ser autenticadas, desde que apresentadas junto aos documentos originais, no ato de abertura dos envelopes pelo representante do órgão municipal com chancela própria.

7.9. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.9.1. Fica assegurado o prazo de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal em caso de restrição na documentação par as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em observância ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 e posteriores alterações.

7.9.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.10. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

VIII – DAS SANÇÕES

8. O descumprimento pelo licitante da proposta que lhe for adjudicada, acarretará as sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei de Licitações e Contratos n. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, e de suas posteriores alterações.

IX – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9. Dos atos da Administração Municipal, decorrentes da presente licitação, cabem:

I – recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

II – representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, de que não caiba recurso hierárquico;

9.1. A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas “a”; “b” e “c” do artigo 109, será feita mediante publicação na Imprensa Oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas “a” e “b”, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

9.2. O recurso previsto nas alíneas “a” e “b” do inciso I, do artigo 109, terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente motivadamente e presente razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto, eficácia suspensiva aos demais recursos.

9.3. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

9.5. Nenhum prazo de recurso ou representação se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada aos interessados.

9.6. Para maiores esclarecimentos, os recursos deverão ser protocolados dentro do prazo legal, no Paço Municipal, sito à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores – Tarumã, Estado de São Paulo.

X – DAS PROPOSTAS

10. As propostas deverão ser entregues em envelopes devidamente fechados, com os dizeres na sua parte externa: Concorrência Pública n. 002/2023 - Processo n. 095/2023.

10.1. As propostas deverão ser preenchidas em sistema eletrônico, sem emendas ou rasuras, conforme Anexo I.

10.2. Deverão constar das propostas os seguintes dados:

a) Valor mensal, em moeda corrente brasileira, grafada em algarismos e por extenso, que serão repassados pela licitante CONTRATADA à Prefeitura Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo, para pagamento em PARCELA MENSAL, até o décimo dia útil, a contar da assinatura do contrato. OBSERVAÇÃO: **A proposta mínima deverá ser de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais.**

b) identificação da proponente, indicando a razão social, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato

c) Prazo de Validade da proposta: no mínimo 60 (sessenta) dias.

10.3. Não serão considerados os itens das propostas que contiverem entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões, não ressalvados, e desde que não prejudiquem a interpretação da proposta.

10.4. Não serão admitidos cancelamentos, retificações e alterações, nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas.

XI – DO JULGAMENTO

11. Esta Concorrência Pública será julgada pela Comissão Julgadora de Licitações, desta Prefeitura Municipal, objetivando a verificação das condições de participação e de habilitação dos interessados serão realizados em ato público, e iniciados no horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, tendo-se por critério, o **maior oferta**.

11.1. Primeiramente, os envelopes nº 1 (documentação de habilitação) serão abertos e os papéis conferidos e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e pelos concorrentes presentes.

11.2. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências. A ata será assinada pelos membros da Comissão Julgadora de Licitação e pelos representantes que se apresentaram devidamente credenciados.

11.3. Serão considerados habilitados os proponentes que comprovarem devidamente sua qualificação, conforme já estipulado no presente Edital, inabilitados os demais, cabendo à Comissão Julgadora de Licitações, julgarem qualquer possível recurso interposto.

11.4. Se todos os licitantes estiverem presentes à sessão em que for comunicado o resultado do julgamento da habilitação, através de representante legal ou procurador, devidamente credenciados, com poderes para recorrer ou desistir da interposição de recursos, poderá a Comissão Julgadora proceder à imediata abertura dos envelopes nº 2, na hipótese de todos os licitantes declinarem do direito de recorrer.

11.5. Não ocorrendo a abertura dos envelopes nº 2, conforme especificado no item anterior, tendo decorrido o prazo de recursos contra o julgamento da habilitação e decididos os recursos que forem eventualmente interpostos, será divulgado o respectivo resultado, bem como designado local, dia e hora, através de publicação no Diário Oficial do Município, para sessão pública de abertura dos envelopes nº 2 das empresas habilitadas.

11.6. Os envelopes nº 2 (proposta comercial) de licitantes inabilitados permanecerão fechados e deverão ser retirados pelo interessado no prazo de 30 dias corridos, após o que serão inutilizados.

11.7. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

11.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital.

11.9. Nos termos dos artigos da Lei Complementar nº 123/2006, após a classificação final dos preços propostos, como critério de desempate, será dada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o maior lance ofertado não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.10. Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta mais bem classificada.

11.10.1. Para efeito do disposto no item 6.3, ocorrendo o empate:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob preclusão, apresentar proposta de valor superior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item "a", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 11.10, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 11.10, será realizado

sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 11.10, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.11. Em caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, que não atendem ao disposto o item 11.9, proceder-se-á ao sorteio, em sessão pública previamente designada.

XII – DA AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12. A Adjudicação e Homologação da presente licitação serão feitas pelo Prefeito Municipal.

XIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

13.1. Pagar os tributos que incidirem sobre as atividades desenvolvidas, ficando sujeito também ao alvará de licença renovável anualmente;

13.2. Respeitar e acatar as normas baixadas pela Prefeitura;

13.3. Manter um serviço ininterrupto, apropriado, atualizado e compatível com o interesse público, contribuindo para a geração de empregos e circulação de rendas;

13.4. Manter o objeto da concessão em perfeito estado de conservação, segurança, higiene, conforto, responsabilizando-se por qualquer dano que der causa ou em virtude da atividade desenvolvida;

13.5. Manter-se em dia com as obrigações trabalhistas e sociais;

13.6. Respeitar as normas higiênicas estabelecidas por órgãos competentes;

13.7. Responder pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos;

13.8. As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica e água serão por conta da concessionária.

13.9. As concessionárias ficam obrigadas a apresentar o comprovante de pagamento das taxas quando for exigido pela Concedente.

13.10. As concessionárias serão responsáveis por perdas e danos causados a terceiros e ao patrimônio do cedente.

13.11. As concessionárias deverão responsabilizar-se pela remuneração dos funcionários contratados.

13.12. É vedado transferir para terceiros, a atividade objeto desta concessão, sem a prévia aprovação da Prefeitura Municipal.

13.13. É proibida a venda de bebidas alcoólicas em embalagens de vidro.

13.14. É proibida a realização de shows artísticos, bailes, festas e apresentações no local.

XIV – DOS DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA

14. Ocupar o espaço físico do imóvel objeto desta licitação, com a finalidade de instalar ou expandir sua atividade empresarial, observando as restrições quanto ao ramo de atividade.

XV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

15. São obrigações do concedente:

15.1. Disponibilizar as áreas à concessionária, devidamente livres e desimpedidas.

XVI – DO PRAZO DA CONCESSÃO

16. A concessão de uso do bem imóvel será pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos mediante aditamento do termo de contrato, desde que a concessionária manifeste interesse de forma expressa.

XVII – DO CONTRATO

17. Esgotados todos os prazos para recurso, a Administração convocará o vencedor para celebrar o contrato com o Município, no prazo de 5 (cinco) dias.

17.1. O prazo que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, e durante o transcurso do prazo constante do item 10.1.

17.2. Se dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e condições impostas ao 1º classificado, ou então, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas pelo art. 86 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

XVIII – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18. Ficará assegurado ao Prefeito Municipal ou a pessoa por ele designada, o direito de fiscalização dos deveres da Concessionária.

XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19. A Prefeitura Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo, se reserva do direito de cancelar a presente Concorrência Pública, no todo ou em parte, a seu inteiro Juízo, sem que caibam aos interessados, indenizações ou reclamações de qualquer natureza.

19.1 A oferta mínima não poderá ser inferior ao valor da avaliação, constante do preâmbulo deste Edital.

19.2. A simples oferta de lance implica na aceitação expressa pelo ofertante, de todas as condições estabelecidas neste Edital.

19.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, subjetivo ou reservado, que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

19.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista na proposta, nem preço ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

19.5. Em caso de término ou rescisão do contrato, obriga-se a concessionária a desocupar imediatamente o imóvel objeto desta licitação entregando o local nas mesmas condições que o recebeu.

19.6. A Concedente poderá considerar rescindido o contrato a qualquer tempo, no caso de descumprimento pela concessionária de qualquer cláusula.

19.7. É proibida à Concessionária, sem prévia e expressa autorização do Município transferir, ceder, locar ou sublocar o imóvel objeto da concessão.

19.8. As edificações e os acréscimos patrimoniais que ocorrerem no imóvel e na área concedida, autorizadas pelo Município, desde que atendidas as disposições legais, finda a concessão, incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, sem direito a concessionária qualquer indenização.

19.9. Fica vedada a participação de pessoas que se enquadrem nos termos do art. 9º, da lei 8.666/93.

19.10. O Edital completo está à disposição dos interessados, no Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Governo da Prefeitura Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo, sito à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores, Tarumã, Estado de São Paulo, no horário das 8hs00 às 16hs00.

XX – DO FORO COMPETENTE

20. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis, Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro for, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente processo, com exclusão de qualquer outro, caso não sejam sanadas por esta Prefeitura Municipal de Tarumã.

Tarumã, em 24 de maio de 2023.

FLÁVIA TEODORO DA SILVA
PRESIDENTE DA COMUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

OSCAR GOZZI
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

ANEXO I – Termo de Referência (Modelo de Proposta Comercial)
Processo nº 095/2023 – Concorrência nº. 002/2023

Objeto: Concessão de direito real de uso de áreas comerciais do Terminal Rodoviário de Tarumã

Lote	Unid.	Descrição	Valor Mensal
01	Mês	“Área A”: Dotado de duas salas nas respectivas medidas: 3,03 x 4,47 m e 3,06 x 4,47 m, encerrando uma área construída de 27,21 m² . Área esta destinada exclusivamente para o funcionamento de estabelecimento comercial enquadrado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0 na Seção I (Alojamento e Alimentação), grupo 561 (Restaurantes e Outros Serviços de Alimentação e Bebidas).	R\$

- Declaramos que estamos cientes da obrigação do pagamento da mensalidade pelo uso do imóvel, bem como os demais termos estabelecidos no edital.

Fornecedor: _____

CNPJ nº. _____

Telefone e endereço para Contato _____

E-mail: _____

Validade da proposta : _____

_____, __ de _____ de 2023.

Carimbo da Empresa
Assinatura do Responsável

ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO

LOTE 01 – ÁREA A

Imóvel: Terminal Rodoviário de Tarumã

Local: Avenida das Primaveras

Ambiente: Lanchonete

Área A: 27,21 m² de área construída, sendo uma sala de 3,03 x 4,47 m e uma sala de 13,67 m², sendo 3,06 x 4,47 m.

Imóvel situado no Terminal Rodoviário de Tarumã "Joaquim Neto Sepulveda", na Avenida das Primaveras, destinado ao uso de uma lanchonete, possuindo paredes de alvenaria, revestimento com argamassa, forro de laje pré-moldada, piso cerâmico 30x30 ou quadrado similar PEI 5 e concreto simples externo.

Esquadria: As portas externas de metal são do tipo "comercial" de enrolar e as janelas executadas em perfil de alumínio e vidro temperado liso.

Cobertura: Telhas e estrutura de aço.

Instalações elétricas: Possui unidade consumidora individual nos dois ambientes, de acordo com as normas da concessionária local, com pontos de luz e tomadas.

Instalações hidráulicas: Abastecimento com água potável, servida pela concessionária local e rede de esgoto direcionado à rede coletora pública.

OBS: A instalação de torneiras é por conta do CONTRATANTE.

Sanitários: Será utilizado o mesmo sanitário do Terminal Rodoviário.

Tipo de Licitação: Concorrência Pública de "Maior Oferta", igual ou acima do valor mínimo avaliado de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Os gastos com água estão inclusos no valor acima.

Ao final do contrato de concessão, bem como em caso de rescisão contratual o CONTRATANTE, deverá restituir o prédio no estado em que lhe foi entregue, inclusive com as contas de energia devidamente quitadas e em dia.

ANEXO III – Minuta do Contrato

“TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE EXPLORAÇÃO DO PRÉDIO SITUADO NO TERMINAL RODOVIÁRIO DE TARUMÃ, NA AVENIDA DAS PRIMAVERAS, QUE ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE TARUMÃ, DENOMINADO SIMPLEMENTE DE “CONCEDENTE”, E, DE OUTRO LADO, DENOMINADO SIMPLEMENTE DE “CONCESSIONÁRIA”, NA FORMA ABAIXO.”

Pelo presente instrumento de Contrato administrativo de **Concessão de direito real de exploração do prédio situado no Terminal Rodoviário de Tarumã, na Avenida das Primaveras, na cidade de Tarumã**, de um lado, o MUNICÍPIO DE TARUMÃ, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n. 64.614.449/0001-22, com sede à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores, na cidade de Tarumã, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, OSCAR GOZZI, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.758.458-0 - SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, n.º 125, na cidade de Tarumã, Estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente de **“CONCEDENTE”**, e de outro lado, a empresa _____, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n. _____, com sede à Rua _____, n. _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representado por seu Gerente o (a) Senhor (a) _____, brasileiro (a), _____ (a), bancário (a), portador da Cédula de Identidade R.G. n. _____ e do Cadastro Nacional De Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º _____, residente e domiciliado à Rua _____, n. _____ na cidade de _____, Estado de _____, daqui para frente chamado (a) de **“CONCESSIONÁRIA”**, tem entre si, justo e contratado, as condições nas Clausulas, que adiante seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA

1. O presente Contrato Administrativo é regido pela Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n. 8.883/94, de 08 de junho de 1994; Lei Federal n. 9.032/95, de 28 de Abril de 1995; Lei Federal n. 9.648/98, de 27 de Maio de 1998; Lei Federal n. 9.854/99, de 27 de Outubro de 1999, bem como pelas demais legislações de Direito Administrativos aplicáveis à espécie, fazendo ainda parte integrante e inseparável deste instrumento, o Processo Licitatório Modalidade Concorrência Pública n. 002/2023.

CLAUSULA SEGUNDA

2. Pelo presente instrumento, fica o (a) CONCESSIONÁRIA _____ autorizada a efetuar uso de áreas comerciais do Terminal Rodoviário de Tarumã, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos mediante aditamento do termo de contrato, desde que a concessionária manifeste interesse de forma expressa.

CLAUSULA TERCEIRA

3. Para atender unicamente aos termos da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e de suas posteriores alterações, fica estabelecido o valor do Contrato em R\$ _____ (_____).

3.1. A administração pública municipal adotará como critério para reajuste dos valores pagos pela concessionária o índice do IPCA-E do exercício anterior, tendo este como único e exclusivo critério para correção de preço.

CLAUSULA QUARTA.

4. A CONCESSIONÁRIA pagará à Prefeitura Municipal de Tarumã, o valor estabelecido na Clausula Terceira, mediante crédito em conta corrente específica, de titularidade da Prefeitura Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo, em parcelas mensais subseqüentes a assinatura do presente instrumento de contrato, até ao décimo dia útil.

CLAUSULA QUINTA.

5. O Termo de Contrato oriundo deste Processo de Licitação terá vigência de 12 (doze) meses, até ____/____/____, a contar da assinatura deste termo.

CLAUSULA SEXTA.

6. Caberá a CONCESSIONÁRIA:

- a) Ocupar o espaço físico do imóvel objeto desta licitação, com a finalidade de instalar ou expandir sua atividade empresarial, no ramo de atividade pertinente ao instrumento convocatório.
- b) as despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone e manutenção da área física do imóvel e outras taxas que porventura possam incidir sobre o imóvel, serão por conta da empresa concessionária;
- c) as edificações e os acréscimos patrimoniais que ocorrerem no imóvel e na área concedida, autorizadas pelo Município, desde que atendidas as disposições legais, finda a concessão, incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, sem direito a concessionária qualquer indenização;
- d) em caso de rescisão contratual a CONCESSIONÁRIA, deverá restituir o imóvel no estado em que lhe foi entregue, inclusive com as contas de água e energia devidamente quitadas e em dia;
- e) cumprir a legislação federal, estadual e municipal pertinente, além de se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie, decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar.
- f) pagar e recolher todos os impostos, e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidente de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta licitação;
- g) não explorar qualquer tipo de jogo de azar, mediante o pagamento de entrada ou sem ele.
- h) em caso de término ou rescisão do contrato, obriga-se a CONCESSIONÁRIA a desocupar imediatamente o imóvel objeto desta licitação entregando o local nas mesmas condições que o recebeu.
- i) é proibida à Concessionária, sem prévia e expressa autorização do Município transferir, ceder, locar ou sublocar o imóvel objeto da concessão.
- j) a concessionária será responsável por perdas e danos causados a terceiros e ao patrimônio do cedente.

k) o concessionário deverá responsabilizar-se pela remuneração e pagamento dos encargos sociais dos funcionários contratados.

l) É proibida a venda de bebidas alcoólicas em embalagens de vidro.

m) É proibida a realização de shows artísticos, bailes, festas e apresentações no local.

CLAUSULA SÉTIMA

7. Caberá à CONCEDENTE:

a) Disponibilizar as áreas à concessionária, devidamente livres e desimpedidas.

b) 7.1.6. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor pública municipal, Sr. _____, cargo _____, portador da Cédula de Identidade (RG) n.º _____, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º _____, designada a atuar na função de Gestora do Contrato.

CLAUSULA OITAVA

8. Considerar-se-á extinto o contrato nas seguintes hipóteses, sempre garantido ao (a) contratado (a) o amplo direito de defesa:

a) término do prazo de vigência contratual;

b) rescisão unilateral, por inexecução contratual, nos termos do artigo 78 da Lei n. 8.666/93, e suas alterações, ou por inadimplemento das obrigações financeiras por parte do (a) contratado (a), nos termos que dispõe este contrato.

c) rescisão amigável ou judicial, nos termos dos incisos II e III do artigo 79 da Lei n. 8.666/93 e de suas posteriores alterações;

d) anulação da licitação e do contrato a qualquer título;

8.1. O Contrato poderá, ainda, ser rescindido de pleno direito, sem necessidade de aviso ou interpelação judicial, assegurada à ampla defesa, nos casos de:

a) transferência ou sub-contratação de seu objeto, no todo ou em parte, sem consentimento por escrito da CONCEDENTE;

b) manifesta impossibilidade de cumprimento das obrigações oriundas deste Contrato.

c) Quando não houver cumprimento das cláusulas m, n do item 6.

CLAUSULA NONA

9. A CONCESSIONÁRIA não poderá ceder ou transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância da CONCEDENTE.

CLAUSULA DÉCIMA

10. A CONCESSIONÁRIA _____ obriga-se a manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11. As partes se obrigam ao fiel cumprimento de todas as cláusulas estipuladas e das normas da Lei Federal n. 8.666/93, e suas alterações, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA.

12. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por haverem acordados, declaram ambas as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente instrumento contratual, bem como a de observarem fielmente outras disposições regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 3 (três) vias de igual teor e forma, impresso somente em seu averso, que vai devidamente assinado por ambas as partes e na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para que produza o legal fim de direito.

Tarumã, em ____ de _____ de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
PREFEITO MUNICIPAL
CONCEDENTE

EMPRESA
RESPONSÁVEL
CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1. _____
Gleyson Ramos Guimarães Lima
RG nº 32.643.428-8

2. _____
Flávia Teodoro da Silva
RG nº 44.695.958-3

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, __ de _____ de 2023.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO (Dentro do Envelope I).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2023 – Concorrência Pública nº. ____/2023 para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declara também que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, para fins do determinado no parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo.

E ainda, na qualidade de empregadora, não tem como Sócio, Representante, Administrador, Diretor, Gerente ou Empregado, pessoa condenada por crime ou contravenção penal, em razão da prática de atos de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, nos termos da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/99.

_____, ____ de _____ de 2023.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2023 – Concorrência Pública nº. ____/2023, sob as penas da Lei, que a empresa acima referenciada não foi considerada inidônea para contratar com a administração pública.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2023.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2023 – Concorrência Pública nº. ____/2023, sob as penas da Lei, que a empresa acima se sujeita as condições do presente Edital.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2023.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO (credenciamento)

Obs: Apresentar esta declaração acompanhada da CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL (Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil, conforme o caso).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2023 Concorrência Pública nº. ____/2023, sob as penas da Lei, que a sobredita empresa se enquadra perfeitamente nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta, portando, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório, conforme disposição contida no item 3, do presente Edital.

DECLARO, outrossim, que a empresa não está enquadrada em qualquer impedimento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC nº. 123/06.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2023.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade